

**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

A CAPITAL FEDERAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Daniela Neves Borges²¹

daninevesb@gmail.com

RESUMO

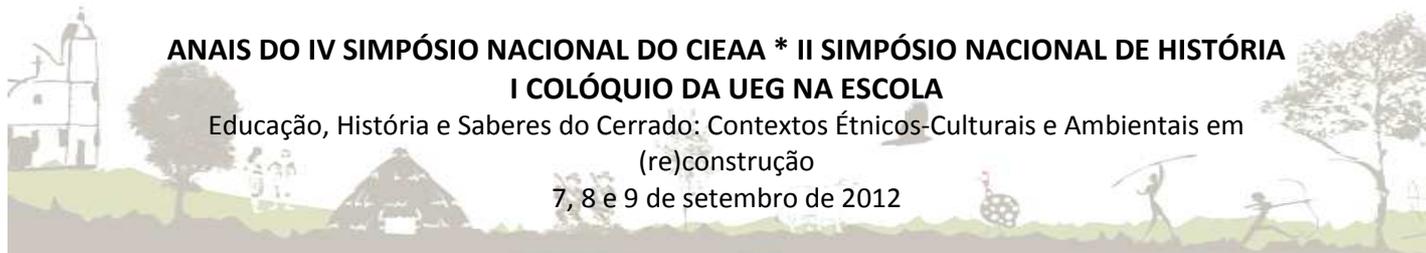
Desde a independência do Brasil, em 1822, fala-se na construção de uma nova capital no interior do país. A região Centro-Oeste achava-se isolada do resto do país, principalmente pela pouca população. A ocupação desta região começou pela busca por minas de ouro, no início do século XVIII; ampliou-se, pelo cultivo de alimentos; depois, devido à integração de sua economia com a do sudeste e suas estradas de ferro. A transferência da capital brasileira tornou-se realidade durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, iniciando-se ali a formação de uma nova metrópole, esta, por sua vez passa a ter o objetivo de cidade ideal. A estrutura da capital passou dos limites projetados, alcançando problemas estruturais e sociais, a serem resolvidos, entre estes problemas destacam-se o polinucleamento, dando lugar à ocupação excludente do espaço; o desemprego estrutural, além de impactos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: centro-oeste, capital federal, urbanização, metrópole.

No que se refere à ocupação do território central do Brasil, tem-se uma idéia de que este era vazio e sem vida. A partir desta idéia vão surgindo inúmeras propostas que vão se concretizando através do tempo. Com isso vê-se a necessidade de colocar a capital do país na região centro-oeste, pois o comércio e as estradas alcançariam todas as regiões do país com uma maior intensidade e haveria uma integração nacional, ate mesmo nas questões de proteger suas fronteiras.

A transferência da nova capital era de grande importância logo no inicio da independência, com alguns idealizadores deste projeto, como José Bonifácio de Alcântara. Este por sua vez questionava o modelo colonial, que se desligaria com a transferência da capital, assim essa idéia, em 1823, é encaminhada a Assembléia Constituinte. Outros idealizadores, em movimentos de emancipação, antes mesmo da independência já cogitavam essa idéia; seguindo isso, Hipólito Costa observa a capital Washington, como principal referencia.

²¹ Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH, estudante de graduação, 3º ano, PIBIC/CNPq.



**ANAIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

“A questão da centralidade em relação ao território aparece no Império opondo-se à fase colonial” (FERREIRA, 2010: 27). Contudo mesmo com o ideal da transferência, esse processo não ocorreu tão rápido, passando por um longo período, que duraram 100 anos.

Após a idéia formada, passa-se a procurar o local ideal, a discussão era ligada diretamente ao aspecto natural, observado seus recursos e sua posição geográfica, definiu-se a partir daí o Planalto Central. Que foi definido no mesmo momento em que o país passava por uma grande transformação, em que se tinha a abolição da escravidão e expansão de transporte ferroviário. Sendo, assim, o sul de Goiás afetado diretamente pelo surto econômico da cafeicultura do sudeste. Observa-se uma idéia estratégica do estado capitalista para colonizar o interior e ampliar o mercado interno de consumo e de produção.

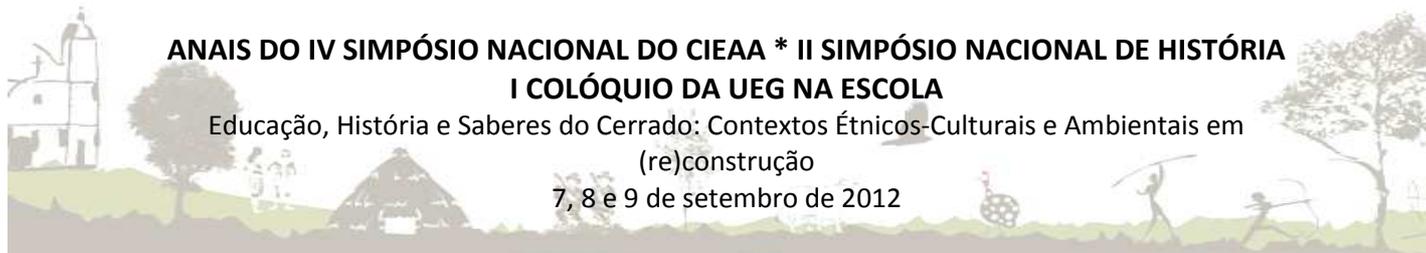
Algumas comissões eram responsáveis para definir o local ideal. A primeira foi a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que, em 1981, demarcou a área de 14.400 km, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, que adotou também a forma geométrica quadrangular, ficando conhecida como “Quadrilátero Cruls”.

Tem-se, nesse momento, um aumento populacional no centro-oeste através da migração, resultante da produção excedente de café. Uma segunda missão, a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, chefiada por Cruls, percorreu o quadrilátero, em 1894, sancionou as transformações da missão anterior e apontou sítios para a implantação da cidade. Em 1922 foi colocada em Planaltina a pedra fundamental da nova capital, isso sob formas de pressão da classe média que via nesse processo uma modernização, tanto política quanto administrativa:

Já em 1992, sob a influência da emergente classe média urbana, a Semana da Arte moderna fomentara o lançamento da pedra fundamental da nova capital na região de Planaltina e entre 1924 e 1927, militares nacionalistas marcharam com a coluna Prestes denunciando o abandono do vasto interior brasileiro. Crescia a pressão pela mudança da capital para o Planalto Central (MIRAGAYA, 2010: 73).

Em 1934, a segunda Constituição da República volta com o projeto de mudança, revendo todos os pontos até então estudados. Vargas estimula a expansão para o interior do país, criando a “marcha para oeste”; mas não se tem a discussão da transferência da capital.

Assim, só após a redemocratização do país é que se retoma a discussão. Uma nova missão acontece, a Polli Coelho, esta por sua vez deslocou a pedra fundamental do município de Planaltina para de Luziânia.



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

O projeto mudancionista esteve, por um período, em contradição, pois não eram todos os estados que apoiavam essa decisão. Mas de acordo com o projeto desenvolvimentista, vê-se a importância do Centro-oeste, levando em consideração a distância e as dificuldades de acesso à São Paulo. Observa-se aí uma grande comercialização de terras em Goiás, antes mesmo de 1960, e a desapropriação da região destinada ao DF. O principal projeto de Juscelino Kubitschek define DF como pólo em potencial, o qual iria ser “ponta de lança” para sudeste desenvolvido, no Centro-oeste a desenvolver.

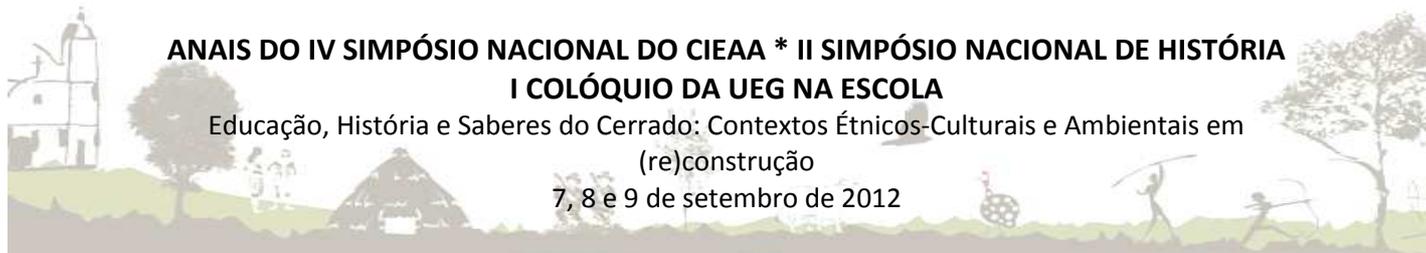
Desta forma nota-se que o papel de Brasília não era apenas ser uma cidade qualquer, mas uma cidade moderna, que abriga uma complexidade urbana, como pólo de desenvolvimento regional e nacional. Apesar de não proporcionar um lugar a industrialização; o que causou um problema, a periferia satelitizada, que vive em função do centro, suplementando naquelas atividades que a seletividade expulsou. A periferia mais distante concentra a população periferizada e as atividades ao mercado de subsistência, subúrbios dormitórios.

A ocupação do centro-oeste brasileiro foi lenta e difícil. De 1500 a 1900 observa-se a dificuldade para alcançar essas terras, que eram feitas por meio fluvial. O interesse pelo interior se deu a partir da descoberta de minas de ouro e diamante, no século XVIII, localizadas no centro-oeste. Contudo vê-se que esse território pertencia à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, que não obtinha o interesse em ocupar esse território. No final do século XVII a ocupação, por parte dos portugueses se dava no nordeste, com a plantação de cana-de-açúcar; após o declínio desta atividade tem-se a preação de índios nas missões jesuíticas; ainda vigorava-se a União Ibérica (1580 e 1640).

A partir de 1682, a Espanha autorizou a resistência desses povos, assim os portugueses passaram buscar minas, visando novos meios econômicos na colônia. Após a descoberta das minas de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ocorreram um forte fluxo populacional para o Brasil. Os metais eram como atrativos dos imigrantes Portugueses, no século XVIII, estimasse que vieram entre 300 e 500 mil pessoas ao Brasil nesse momento.

O Tratado de Madri, em 1750, anula o Tratado de Tordesilhas, sendo os limites definidos de acordo com a ocupação do território. Passa-se a ser território brasileiro, as regiões sul e centro-oeste, além da bacia amazônica, mas essa delimitação foi ratificada pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

No final do século XVIII, tem-se um declínio nas atividades mineiras, com a migração de parte da população e a cultura de alimentos de subsistência. A partir de 1830 há uma



**ANAIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

economia baseada na cafeicultura, com o aumento de escravos africanos, e após a segunda metade do século XIX, como os escravos não conseguiam suprir a mão-de-obra, vieram trabalhadores europeus. Mas pouco efeito teve na região de Goiás, já que se localizavam no Nordeste. Nota-se que, nesse momento, na virada do século XIX para o século XX, a população de Goiás não passava de 373 mil habitantes, considerada desabitada.

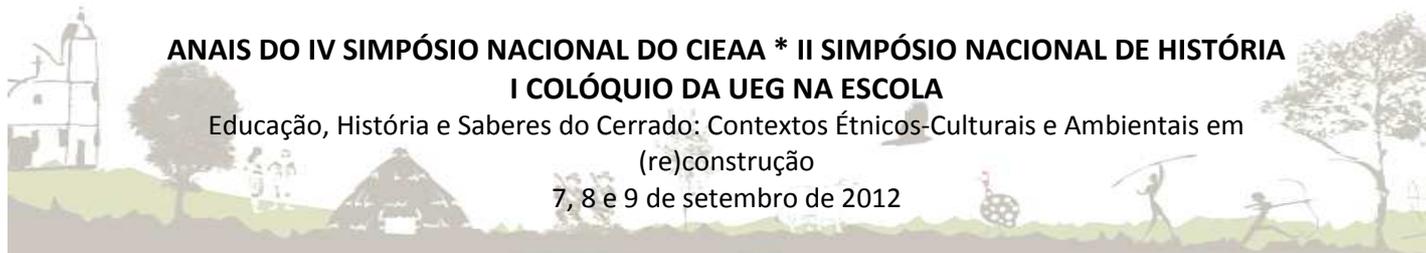
Produtos de gêneros alimentícios eram basicamente todos importados, e em 1910 esse modelo começa reverter-se, onde há uma consolidação da produção agrícola, o qual abastecia não só o mercado interno como o externo. Esse novo modelo econômico e as ferrovias proporcionaram o alcance a Goiás e Mato Grosso: “Com o avanço da economia cafeeira, impulsionado pela era ferroviária, o Centro-Oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho” (MIRAGAYA, 2010: 69).

Em 1922 a região do centro-oeste tem um papel mais fixo na economia, com a migração e a instauração da pedra fundamental em Planaltina. Também com as políticas de interiorização do governo Vargas, se vê a criação da capital de Goiás e expedições que levavam ao extremo-oeste: “marcha para o oeste”, além das preocupações com as fronteiras.

A industrialização se vê em maior forma durante a II Guerra Mundial; tendo assim, oportunidades aos produtos nacionais, as políticas favoráveis, investimentos estatais e o crescimento do mercado interno devido à crescente urbanização e população. Portanto, a crescente industrialização passou a atender o consumo de bens duráveis, além da expansão agrícola. E o crescimento das cidades se deu a partir das demandas da economia agrária.

Em 1957, começa a construção da cidade. E entre as questões no que se refere a essa construção, vê-se o projeto do Plano-Piloto de Brasília (PPB), que é sinônimo de grandes controvérsias e equívocos que também foram determinantes na construção de Brasília, já que esta tem sua função voltada para o Plano Piloto. Vê-se também alguns nomes, como referencia nessa construção e que se relacionam aos projetos de construção, como o de Lúcio Costa; notam-se também algumas modificações aconteceram antes que fosse construída a Capital.

Equipes paralelas eram encarregadas de desenvolver o projeto, que também pertenciam ao Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA), dirigido por Oscar Niemeyer. Em relação à quantidade da população de Brasília, 500 mil, e observando a mais antiga planta, a conclusão a que se chega é que a cidade nos moldes de Lúcio Costa não suportaria 500 mil habitantes.



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

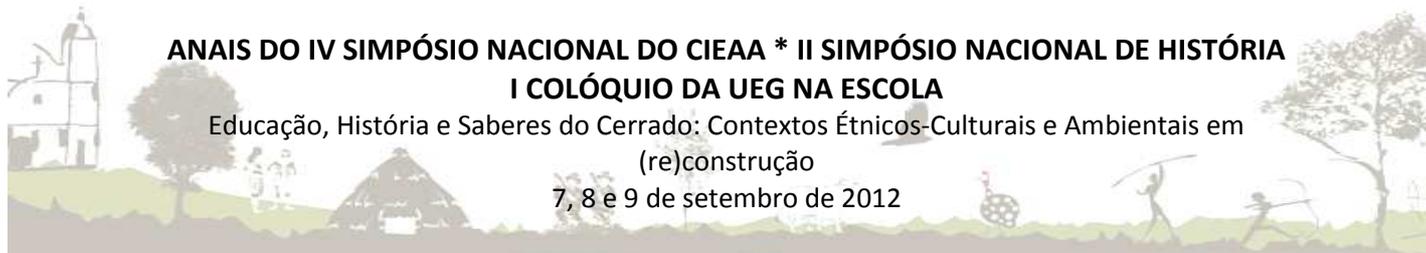
Em 1957, obras de infra-estrutura já estavam em andamento; as prioridades, na construção, eram de acordo com ações que garantissem os pré-requisitos para que a capital fosse inaugurada, ainda dentro do prazo. E ainda no ano da inauguração a questão habitacional mostrava-se fraca. A consolidação da cidade é devagar já que acabara o governo de Juscelino Kubitschek, em 1º de janeiro, Jânio Quadros assume a Presidência da República, mas faz muito pouco em relação à construção de Brasília. Após sua renúncia há instabilidade política, que afeta diretamente a consolidação da cidade.

Em 1964, há uma inversão na priorização de projetos, dando ênfase para os setores residências. Existe pouco paisagismo no projeto. Com o resultado do concurso para o Plano Piloto, a proposta de Costa começa a sofrer modificações, de diferentes proporções, considerando que as alterações indicadas pelo júri poderiam interferir na configuração do Eixo Monumental.

A Esplanada dos Ministérios, o canteiro central do Eixo Monumental em função do Congresso Nacional e os ministérios, passaram por transformações e mudanças; assim como os setores culturais, que passaram por diversas alternativas no decorrer do tempo, permanecendo os representados na planta de 1964. A Asa Sul foi iniciada com fins residenciais. Na planta A, o total somaram-se 98 superquadras, sendo 49 por asa. Na planta B, totalizaram-se 60 superquadras por asa, 120 no total, isso permaneceu nas plantas C e D. A questão da ampliação do centro urbano perdurou por todo período estudado. Nesta área, também, destina-se o comércio varejista (asa sul e asa norte).

A W3 é designada para tráfego de caminhões. Sendo as quadras ao lado leste construídas para garagens, oficinas e comércio atacado, tendo como misto já que era permitido apartamento nos andares superiores. As novas faixas de quadras dispostas a leste e a oeste das asas alteraram a estrutura global da cidade. De forma que “recebeu um incremento no sentido transversal, acarretando fluxos transversais de trânsito na previstos e incompatíveis com o dimensionamento e geometria das vias de acesso local as quadras” (LEITÃO; FICHER, 2010: 121).

Em relação ao Plano Piloto, pode-se observar que o processo de extensão não se deu a um só tempo. Grande parte da área hoje existente a oeste da mancha urbana principal, não havia, até 1964, sido planejada. Tem-se a proximidade do lago Paranoá e o Plano Piloto; o Setor de Embaixadas Sul, deslocado para o lado leste, da proposta original, ficou mais desassociado do conjunto das faixas 400 e 600. Em 1962, a localização da cidade



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

Universitária, foi alterada; houve praticamente uma inversão entre o campus e o Setor de Embaixadas Norte.

Em relação a pouca higiene que é tratado os lagos e bacias brasileiras, vê-se que há pouca integração entre o lago e o cotidiano da vida pública e social brasileira, como clubes esportivos. E todas essas mudanças se deram por quatro categorias, da sugestão do júri, das vicissitudes do processo de transferência, do diálogo com planos de infra-estrutura e a interpretação do PPB.

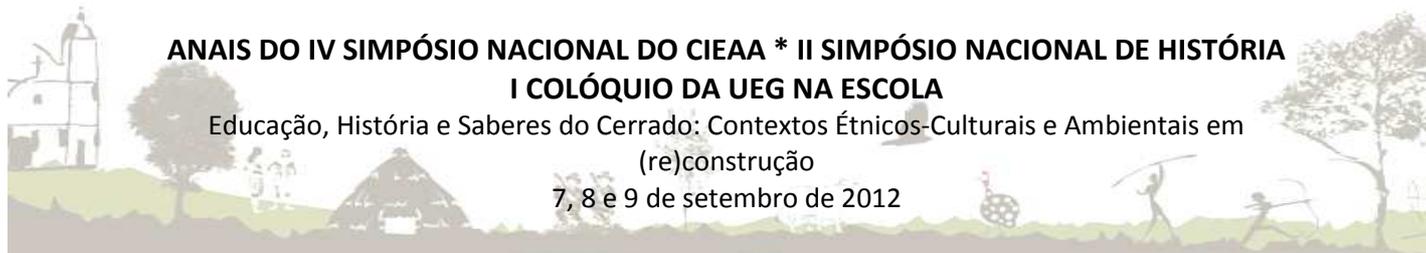
O projeto de Brasília esteve a todo o momento em revisão e adequação, de modo que seu desenvolvimento se deu de maneira gradativa e processual, mas sem perder a referência ao PPB. Apesar da discreta participação de Costa, as plantas estiveram a todo o momento fidedigno as características do esboço original.

A questão da construção de Brasília esteve presente a várias indefinições em diversos aspectos, de acordo com os autores, causou “uma intensa e constante troca de localização dos equipamentos e setores previstos e na sistemática necessidade de dar solução a impasses que surgiram à medida que tinha andamento a grandiosa obra” (LEITÃO; FICHER, 2010: 128).

Com a expansão da cidade, para além dos seus limites, DF constituiu em uma grande metrópole. Formando a exclusão, que vincula-se a outras metrópoles brasileiras, e que estão presentes o desemprego, a má-distribuição de renda, o déficit habitacional entre outros problemas. De forma que se deve a expansão “de forma polinucleada no DF e para além dos seus limites político-administrativos, adentrando no estado de Goiás” (PAVIANI, 2010: 228).

A formação da metrópole, conhecida hoje, se deu de acordo com a imigração iniciada nos anos de 1950 a 1970, do campo para cidade. Crescimento populacional que incentivou o governo Vargas a tomar iniciativa do incentivo a interiorização da capital, em movimentos como a “Marcha para Oeste”. Contudo no momento em que se constrói a capital, não há a preocupação com problemas, seguindo assim um modelo de excelência. Não perceberam que a criação do Plano Piloto estaria incentivando a migração interna, o que agrega novos núcleos urbanos ao DF, isso corresponderia à expansão periférica ocorrida nas demais cidades.

O polinucleamento não permitiu que houvesse ofertas de trabalho e de serviços urbanos nas dimensões necessárias; assim a centralização de trabalho permitiu que consolidasse uma ocupação excludente do espaço. Também é considerada a disseminação irregular de “condomínios rurais” e “loteamentos clandestinos”, no experimento de adicionar núcleos residenciais não considerados nas políticas habitacionais do Governo do Distrito Federal (GDF).



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

Brasília tinha a massa populacional superior, seis vezes mais, do que designado pelo IBGE; sua densidade demográfica é de 410,9 hab/km. Já em relação às características estruturais, não possui os 10% do PEA em atividades industriais; no entanto é detentora de complexidade funcional em largo espectro de atividades terciárias e quartenárias. Além de deter ligação com as cidades a sua volta, assim como as distantes. Caracterizando-a metrópole, como expectativa de um modelo para o futuro.

Com a transferência de trabalhadores para a construção do DF, tem-se a necessidade de fazer a primeira cidade-satélite chamada Taguatinga, em 1958, a qual passou a servir para o remanejamento dos trabalhadores de alojamentos; e a partir daí surgem novos núcleos, em 1960 a 1970, como: Gama, Sobradinho, Guará e outros, além da ampliação de Planaltina e Brazlândia.

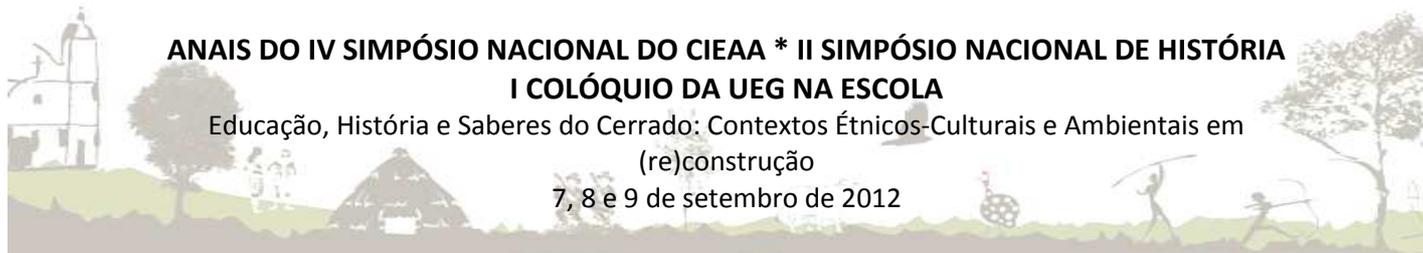
Também é típico o deslocamento da população rural para as cidades, de acordo com os dados da Superintendência do Desenvolvimento da Região do Centro-Oeste (SUDECO), em 1970, “47% da população regional se localizava em áreas urbanas” daí vê-se a grande mudança nessa região; além do assalariamento, que forma um mercado interno.

Assim, de acordo com esse processo de urbanização tem-se, o crescimento demográfico por correntes migratórias; o incremento vegetativo; a manutenção do plano piloto como lugar concentrador das oportunidades de trabalho e a constante passagem de população para locais distantes do Plano Piloto.

O porte de Brasília e as estruturas metropolitanas têm destaque nacional, e com a formação de mais de três milhões de habitantes, é denominada de Área Metropolitana de Brasília (AMB). Mas a estrutura econômica permanece a mesma, sem empregos novos, pois as cidades-satélites têm grande dependência do Plano Piloto. Essa questão do desemprego relaciona-se a problemas estruturais:

Brasília sempre representou ser a capital administrativa do Brasil, desde seus primórdios. [...] Nunca se cogitou de alterar o perfil de empregos para dar oportunidades no setor industrial. [...] surgem serviços de informática, com o aproveitamento dos que possuem grau universitário. Esse é, todavia, um ramo incapaz de absorver grandes contingentes de trabalhadores (PAVIANI, 2010: 241).

Dessa forma, observa-se que o desemprego em Brasília é de grande escala, está no terceiro lugar dentre as metrópoles com maior taxa de desemprego. Mas, de acordo com medidas sociais e de



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

incentivo ao trabalho, pode-se ver, que mesmo com a crise econômica de 2007/8, o desemprego está diminuindo em Brasília.

A construção civil tem grande destaque nessa mudança, com projetos de habitação, de obras no setor viário, entre outras obras que também são aquecidas pelos projetos do governo, como PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Deste modo, Brasília alcançou em 60% o crescimento de empregados, entre os anos de 2000 e 2009.

Entre a distribuição de renda, vê-se que o desemprego, também está localizado, em maior parte, na região periférica, mais distante do centro da cidade:

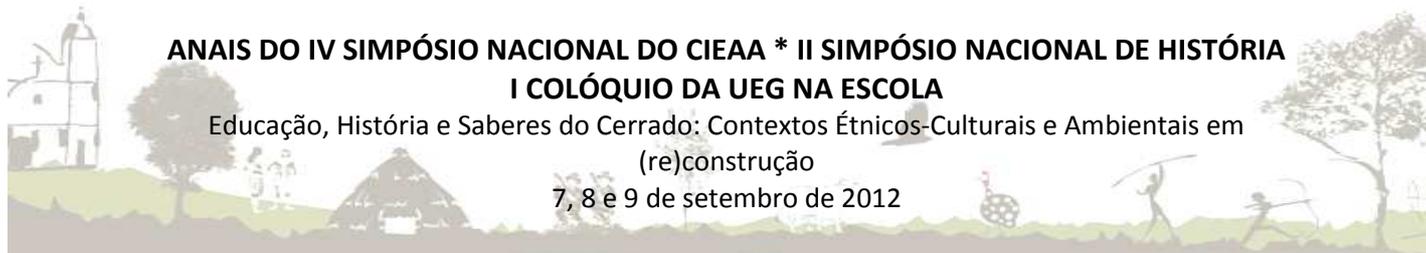
O grupo da mais alta renda (G1): Brasília (Plano Piloto), Lago Sul e Lago Norte. O grupo de renda intermediária (G2): Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo. O grupo de renda mais baixa (G3): Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas (PAVIANI, 2010: 245).

A metrópole Brasília, como outras no Brasil, desenvolveram uma série de problemas, como meio ambiente, desemprego, estrutura física, mercado imobiliário, etc. E que estão relacionados a uma política de ações irreversíveis, como a construção de condomínios irregulares, que causam impactos sucessivos e que não são capazes de dotar ações de locais de trabalho, já que foram construídas para apenas resolver o problema da moradia.

Dentre esses problemas, vê-se uma necessidade de uma regularização e uma estruturação, com possibilidades de atender a população que se encontra nestas condições. Pensando na questão ambiental, e em uma visão futura da cidade.

Uma das questões a serem levadas em consideração, no que se refere aos problemas do DF, é o crescimento populacional exorbitante. Este ultrapassaria, até final de 2010, dois milhões de habitantes, de acordo com os dados da CODEPLAN. E ao lidar com isso, as políticas públicas acabam sendo de ações imediatas, com efeitos corretivos.

Com o final da construção da cidade, nota-se uma perda na renda per capita; enfraqueceu-se a concentração de imigrantes, sendo fixados em lugares equidistantes do centro de Brasília, transbordando os limites do DF; além disso, o precário sistema de transporte urbano é reflexo da densidade populacional, há uma notável segregação e discriminação na repartição do espaço ambiental ao comparar a densidade do Plano Piloto com a de outras áreas.



**ANAIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

Observa-se que “a população se multiplica mais do que os mecanismos e processos para administrá-las” (GIOVERNARDI, 2010: 434). Isso foi motivado desde a construção de Brasília no intuito de obter emprego, sair da miséria, entre outros agentes, assim, pessoas de todas as partes do país saíram a fim de obter mais oportunidades. Contudo os impactos causados foram marcantes, proporcionando a falta de recursos naturais e sociais, para atender toda população.

Os recursos naturais, em Brasília, estão cada vez mais escassos; principalmente em relação a sua população, que tende cada vez mais adensar e verticalizar à cidade. Ocupando as áreas de “risco” – aquelas de proteção ambiental, para construir e utilizando varias formas de agrotóxicos, para a produção agrícola, devastando varias regiões.

DF tem uma frágil cobertura vegetal, característica do Cerrado. Contem também nascentes que equivalem a três grandes bacias hidrográficas brasileiras. Mas a demanda por água no DF está cada vez maior, e a situação tende se agravar, já que a crise da água é uma expressão da super exploração humana.

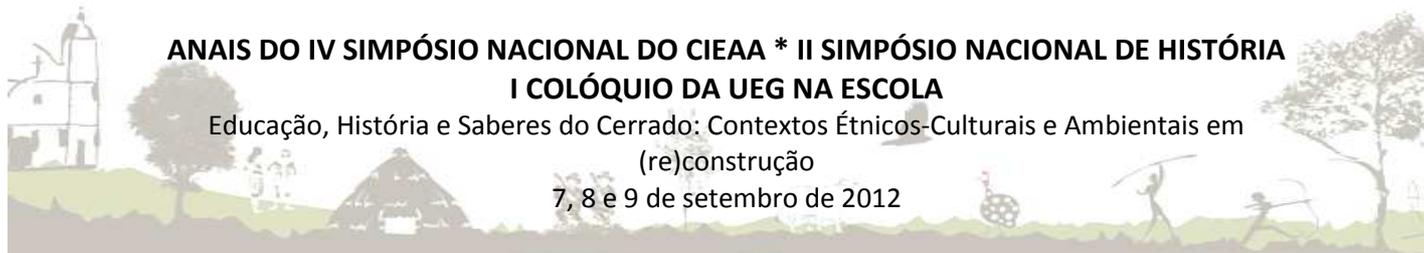
A falta de informação, educação e políticas públicas permanentes agravam todo esse repertorio que se faz presente em Brasília; observando que os comportamentos humanos diante dos recursos naturais são equivocados, na maioria das vezes. Os efeitos da irradiação dos raios ultravioleta são exemplos disso, já que são causados pelos motores de carros, asfaltos e prédios.

Apesar de suas “contradições” e “utopias”, e diante seu significado inovador o Plano Piloto, foi considerado Patrimônio da Humanidade pela Unesco, o que mobiliza a conservação urbanística de Brasília. Assim, vê-se que há a necessidade da conservação do patrimônio ambiental, pois sem ela não se sustenta à preservação urbanística.

Há uma impressionante discriminação na repartição do espaço ambiental, ainda hoje nota-se isso, principalmente quando se compara a densidade desses espaços no Plano Piloto, com a de outras áreas do seu entorno.

Dessa forma, Brasília encontra-se hoje bem distante das expectativas que se tinham quando de sua instalação: símbolo de um país independente, com força administrativa para realizar a integração nacional e assim por diante.

Sendo ponto de principal referencia, ainda hoje, por ser por exemplo cidade modelo e patrimônio histórico, colabora então para a atração de pessoas de todas as partes do país, em busca de melhores condições de vida. E se observar Brasília, por diferentes ângulos, vê-se que embora seja símbolo da modernidade no Brasil, possui problemas semelhantes aos das demais



**ANAIIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CIEAA * II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
I COLÓQUIO DA UEG NA ESCOLA**

Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em
(re)construção

7, 8 e 9 de setembro de 2012

cidades de grande porte do país, outras metrópoles, que tem a mesma exclusão de espaço e serviços.

Referências

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Brasília: mitos e contradições na historia de Brasília. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 23-54.

GIOVENARDI, Eugênio. Impactos socioambientais do crescimento urbano no DF. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: UnB, 2010, p. 427-456.

LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: UnB, 2010, p. 97-136.

MIRAGAYA, Júlio F. G. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: UnB, 2010, p. 55-94.

MINISTERIO DO INTERIOR – SUDECO. *Plano de desenvolvimento regional do centro-oeste: organização territorial e funções econômicas do centro-oeste*. Brasília, 1985.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: UnB, 2010, p. 227-252.